



O Regulamento Geral de Proteção de Dados e a Gestão de Recursos Humanos

O Impacto do RGPD na Gestão de Pessoas

 Presencial

Duração : 1 dia (7 horas)

Referência : 1254

Preço : 450,00 € + IVA

Intra empresa : Sob consulta

⇒ Disponível em formato presencial e 100% digital

O RGPD tem impacto em todos os stakeholders singulares. Os trabalhadores e colaboradores como pessoas singulares, têm direitos consagrados no RGPD e podem exercê-los. Nesta medida, as equipas de Gestão de Recursos Humanos devem preparar-se para dar as respostas certas. O nosso curso pode ajudá-lo a dar passos seguros na adoção das medidas certas numa área tão sensível com a gestão de pessoas:

- identificar os principais impactos do RGPD na Gestão de Pessoas;
- identificar as principais medidas de conformidade a adotar na Gestão de Pessoas;
- conceber um plano estratégico de conformidade e harmonização do RGPD com o Código do Trabalho.

Conheça [AQUI](#) a nossa oferta de Consultoria em RGPD.

Objetivos

No final da formação os participantes deverão ser capazes de:

- conhecer os impactos do RGPD na Gestão RH;
- identificar as várias atividades de tratamento de dados da Gestão RH;
- conhecer as principais questões do RGPD relacionadas com a conservação dos dados dos trabalhadores e colaboradores na Gestão RH;
- conhecer os limites do tratamento de dados impostos pela legislação da proteção de dados nas relações jurídico-laborais;
- identificar os princípios do RGPD que regem as matérias relativas à Gestão RH.

Destinatários

- Diretores Gerais, Diretores de Recursos Humanos, Técnicos RH e outros profissionais da área de gestão de pessoas.

Percurso de aprendizagem

Admissão de Trabalhadores

- Apresentação de propostas:
 - Anúncios e candidaturas.

- Recolha de documentos:
 - O pedido de cartão do cidadão;
 - O pedido de fotocópia de documentos.
- Registo interno dos dados:
 - Gestão do cadastro.
- Contratação:
 - Gestão interna dos dados;
 - Os dados do contrato de trabalho.
- Acolhimento e integração:
 - Acolhimento e a partilha de dados na Intranet.
- Formação profissional:
 - Registos internos;
 - Elaboração do plano de formação;
 - Envio dos dados a entidades terceiras;
 - A partilha com as entidades formadoras.

Prazo de conservação dos dados

- Candidaturas por resposta a anúncio.
- Candidaturas espontâneas.
- Pedir consentimento?
- Exercício de direitos pelos candidatos excluídos.

A gestão dos dados dos trabalhadores

- Tratamento de dados no processo de remuneração.
- Envio dos dados a entidades terceiras:
 - Elaboração do relatório único.
- Legitimação de acessos:
 - Princípio da funcionalidade: quem pode saber quem ganha o quê?
- Os mapas de pessoal:
 - Elaboração e registo;
 - Afixação?

Controlo de assiduidade

- Meios de controlo da assiduidade:
 - Sistemas de biometria;
 - Dados biométricos: dados gerais ou sensíveis?
 - Consentimento ou interesses legítimos.
- Controlo da assiduidade e gestão da remuneração.
- Registo de faltas:
 - Tratamento do dado “motivo da falta”;
 - Prazo de conservação do dado “motivo da falta”.

Tratamento de dados de filiação sindical

- Consentimento e obrigação do tratamento
- Exercício do direito de oposição.

Tratamento de dados de processos e sanções disciplinares

- Prazo de conservação dos dados do processo disciplinar.

Os serviços de Medicina do Trabalho e tratamento dos dados

- Os exames médicos.

- As fichas de aptidão.
- Os acidentes de trabalho:
 - Relação com as Seguradoras.
- Testes de alcoolemia, consumo de drogas e HIV.
- Dados sobre hábitos de consumo:
 - Consumo de tabaco, café, alimentação;
 - Qualidade do sono.

O tratamento de dados sensíveis

- Dados sobre orientação religiosa, política/partidária, clubística.
- Dados étnicos.
- Vida e orientação sexual.
- Dados de saúde.

Controlo de chamadas telefónicas, videovigilância, e-mail e internet

- O correio eletrónico:
 - Consequências da atribuição de e-mail a trabalhador;
 - Permitir ou proibir o uso para fins pessoais;
 - Necessidade de Regulamento interno;
 - É possível aceder à conta de e-mail dos trabalhadores?
- Acesso à internet:
 - Monitorização, legal ou ilegal?
 - Um caso na jurisprudência.
- A gravação de chamadas:
 - Gravação de chamadas e conhecimento dos trabalhadores.
- Sistemas de videovigilância.

Sistemas de geo localização de viaturas, computadores e telemóveis

- Atividades legitimadas a incorporar GPS.
- Utilização da viatura para fins particulares.
- A monitorização das viaturas.
- A via verde e a faturação.
- O MDM (mobile device management).

Os limites do poder de controlo do empregador e o código do trabalho

- Os direitos fundamentais do trabalhador:
 - Direito à Privacidade;
 - Direitos de Personalidade.

Relações entre o Responsável pelo Tratamento dos Dados e os Subcontratantes

- O contrato de prestação de serviços:
 - Liberdade de estipulação do contrato ou obrigação jurídica?
 - Como cumprir o RGPD?
- A responsabilidade pela violação dos dados:
 - Ações judiciais: direito dos titulares dos dados.
- Relações internas e direito de regresso.

Cessação da relação contratual laboral

- A conservação dos dados.
- O exercício dos direitos pelo ex trabalhador.
- O prazo de conservação dos dados após a cessação:

- A ação judicial do ex trabalhador, impacto na conservação.

A cultura de privacidade nas organizações

- Violação da privacidade pelos trabalhadores:
 - Violação de dados da empresa;
 - Violação de dados de colegas;
- Sanções disciplinares?
- O respeito dos valores da empresa:
 - Comprometimento pela privacidade.

Métodos pedagógicos

Centrado na partilha de experiências, este curso alterna os contributos teóricos e as reflexões entre o grupo de participantes:

- exposições pelo formador, complementadas com a troca de experiências e reflexões com o grupo de participantes;
- recurso sistemático ao “ESTUDO de CASO” para melhor compreender os temas abordados.

Pontos fortes

- Programa diferenciador face às ofertas de programas generalistas que o mercado apresenta.



O regulamento geral de proteção de dados (RGPD) e a Nova Lei de Execução

Alterações legislativas no âmbito da proteção de dados

 Presencial

Duração : 1 dia (8 horas)

Referência : 1181

Preço : 400,00 € + IVA

Intra empresa : Sob consulta

⇒ Disponível em formato presencial e 100% digital

Desde o dia 04 de maio de 2016 que a União Europeia tem um novo quadro normativo para a gestão e proteção de dados. Todo o espaço da UE tem agora um ordenamento jurídico comum nesta matéria. Portugal tem agora uma Nova Lei que facilita a execução do RGPD no ordenamento jurídico interno.

Esta Nova Lei de Execução do RGPD contém normas que trazem especificidades em praticamente todas as matérias do RGPD, sendo por isso essencial não apenas o conhecimento da Nova Lei como o seu domínio.

Conheça [AQUI](#) a nossa oferta de Consultoria em RGPD.

Objetivos

No final do Curso, os participantes devem ser capazes de:

- Conhecer o RGPD;
- Conhecer a Nova Lei Nacional de Execução do RGPD e as principais alterações legislativas no âmbito da gestão e proteção de dados dentro das organizações privadas e públicas;
- Identificar e compreender o alcance do novo Regulamento Geral de Proteção de Dados como conjunto de instrumentos operativos, utilizáveis na gestão das organizações;
- Conhecer os mecanismos que o regulamento instituiu para a gestão e proteção dos dados, bem como as novas obrigações que vem estabelecer;
- Conhecer os novos direitos dos titulares;
- Conhecer as novas regras sobre a validade do consentimento;
- Conhecer as novas regras sobre notificações de violações de dados pessoais;
- Conhecer o Novo Regime das Coimas estabelecido na lei de Execução.

Destinatários

- Todos os profissionais que necessitem de conhecer o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e a Lei Nacional de Execução do RGPD.

Percurso de aprendizagem

Conceitos Essenciais

- Conceito de dados pessoais:

- Dados tratados por organização (RTD) pública (Nova Lei);
- Dados tratados por organização (RTD) privada (Nova Lei);
- Dados tratados fora do território nacional (Nova Lei);
- Dados e Sistema de Informações da República Portuguesa (Nova Lei).
- Tratamento de Dados.
- Responsável pelo Tratamento de Dados.
- Subcontratante.
- Violação de Dados.

Os Princípios Fundamentais da Gestão da Privacidade

Os Direitos dos Titulares dos Dados

- Direitos ARCO.
- Direito à Ação Judicial.
- Direito de Reclamar Junto da CNPD.
- Oposição à Comercialização Direta.
- Oposição ao “Profiling”.
- Direito ao Apagamento (“Esquecimento”).
- Direito à Portabilidade.
- Direito a Ser Informado.
- Direito à Eficiência da Resposta.

A Autoridade de Controlo Nacional (Nova lei)

- Natureza e Independência.
- Funções:
 - Fiscalização e Controlo.
- Os membros da CNPD.

As Avaliações Prévias do Impacto (Nova lei)

- Listas da CNPD:
 - Avaliações Prévias Obrigatórias;
 - Avaliações Prévias do Impacto Não Obrigatórias.

Dever de colaborar com a CNPD

O Encarregado de Proteção de Dados (Nova lei)

- Dever de sigilo e confidencialidade.
- Funções do Encarregado de Proteção de Dados.
- O Encarregado de Proteção de Dados em Entidades Públicas.
- O Encarregado de Proteção de Dados em Entidades Privadas.

Acreditação, certificação e códigos de conduta (Nova lei)

- Acreditação.
- Certificação.
- Códigos de conduta.

O consentimento de menores (Nova lei)

- A figura dos “representantes legais”.

Proteção de dados pessoais de pessoas falecidas (Nova lei)

Portabilidade e interoperabilidade dos dados (Nova lei)

Videovigilância (Nova lei)

- A autorização prévia da CNPD:
 - Exceção ao princípio da auto regulamentação.

Direito de acesso e dever de segredo (Nova lei)

Prazo de conservação de dados pessoais (Nova lei)

- Prazo fixado por norma legal ou regulamentar.
- Prazo e o princípio da finalidade.
- Prazo e interesse público.
- Prazo e fins de investigação científica ou histórica.
- Prazo e fins estatísticos.
- Prazo, Prova e Prescrição de Direitos.
- Prazo, destruição e anonimização.
- Prazo e direito ao apagamento (“esquecimento”).
- Conservar os dados para sempre.

Transferência de dados (Nova lei)

- Transferência para países da UE em cumprimento de obrigação legal.

Liberdade de expressão e expressão

- O tratamento para fins jornalísticos.

Publicação em jornal oficial e acesso a documentos administrativos (Nova lei)

Publicação de dados no âmbito da contratação pública

Relações Laborais (Nova lei)

- O consentimento dos trabalhadores.
- O tratamento de dados biométricos.
- O tratamento de imagens:
 - Utilização em processo penal;
 - Utilização em processo disciplinar.

Tratamento de dados de saúde e dados genéticos (Nova lei)

Tutela jurisdicional (Nova lei)

- Responsabilidade Civil.
- Responsabilidade contraordenacional.

O Novo regime das contraordenações (Nova lei)

A Nova responsabilidade criminal (Nova lei)

Obrigações em caso de violação de dados pessoais.

Plano de ação para a gestão e proteção de dados pessoais dos Titulares dos Direitos

Métodos pedagógicos

Centrado na partilha de experiências, este curso alterna os contributos teóricos e as reflexões entre o grupo de participantes:

- exposições pelo formador, complementadas com a troca de experiências e reflexões com o grupo de participantes;
- exercícios de simulação para melhor compreender os temas abordados;
- recurso sistemático ao “ESTUDO de CASO”.

Pontos fortes

Esta formação permite aos participantes:

- Tomar conhecimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) da União Europeia, que altera substancialmente o regime vigente e se aplica diretamente na ordem jurídica nacional;
- Conhecer a Nova Lei de Execução do RGPD e as suas especificidades face ao RGPD
- Analisar a estrutura, conceitos, princípios, direitos e obrigações que o referido Regulamento e a Nova Lei estabelecem, os mecanismos que instituem para a gestão e proteção de dados, conhecer as novas obrigações estabelecidas e perspetivar as alterações que a sua implementação vai implicar na organização.



Best

DPO - Preparação de responsáveis e encarregados de proteção de dados

Implementar o regulamento geral de proteção de dados de acordo com a Lei de Execução do RGPD em Portugal

Blended

Duração : 5 dias (39 horas)

Referência : 1218

Preço : 1.550,00 € + IVA

Intra empresa : Sob consulta

⇒ Disponível em formato presencial e 100% digital

Este curso trata as normas específicas que regem as funções do responsável e encarregado de dados (EPD - DPO) e que visam a identificação do processo de implementação do novo regime geral do regulamento de proteção de dados.

Neste curso é proposto um Modelo de Competências a desenvolver pelo Encarregado de Proteção de Dados para que o desempenho das funções seja assegurado com um máximo de sucesso.

Um curso de aplicação prática que contempla o apoio aos formandos do novo regime geral do regulamento de proteção de dados, ao longo de 5 semanas, através de aulas virtuais.



Conheça [AQUI](#) a nossa oferta de Consultoria em RGPD.

Objetivos

No final da formação os participantes deverão ser capazes de:

- Conhecer a problemática da proteção de dados pessoais segundo o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho;
- Identificar os contornos específicos da Nova Lei de Execução do RGPD em Portugal a Lei 58/2019, de 8/8
- Identificar as funções específicas do encarregado de proteção de dados;
- Identificar as competências essenciais para o desempenho com sucesso da função de Encarregado de Proteção de Dados (DPO)
- Identificar as fases da Auditoria Interna de Implementação do Regulamento;
- Identificar GAPS existentes entre a prática e o exigido no Regulamento;
- Propor a adoção de medidas essenciais ao cumprimento do estatuído no Regulamento.

Destinatários

- Gestores, técnicos superiores, assistentes técnicos e todos os colaboradores da empresa designados para exercer funções de Encarregado ou Responsável de Proteção de Dados, em todos os setores.

Percurso de aprendizagem

(De acordo com a Lei 58/2019, de 8/8, que assegura a execução do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD) em Portugal)

O direito de proteção de dados da União Europeia e a projeção no direito interno

- O novo quadro europeu de proteção de dados: conceitos e princípios no Regulamento Geral de Proteção de Dados.
- Os direitos dos titulares de dados.

A proteção de dados no direito do trabalho

- As bases de dados biométricos para controlo do acesso e saída do trabalhador do local de trabalho.
- Os testes médicos permitidos.
- O controlo da taxa de alcoolémia e de substâncias psicotrópicas.
- O tratamento de dados em centrais telefónicas, o controlo do e-mail e do acesso à internet.

A videovigilância e a compressão da privacidade

O uso de Geolocalização (GPS)

O direito de proteção de dados da União Europeia e a projeção no direito interno

- Segurança e avaliação de impacto do tratamento de dados.
- Códigos de conduta e certificação.
- Estatuto da Autoridade de Controlo.
- Aplicação de sanções e vias de recurso.
- Análise de Jurisprudência.
- A figura do encarregado de proteção de dados e o papel do responsável pelo tratamento de dados à escala da EU.

A Lei 58/2019, de 8/8, que assegura a execução do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados Pessoais (RGPD) em Portugal

- As especificidades da Nova Lei face ao RGPD.
- Impacto nos Processos de Implementação em curso.
- As Normas da Nova Lei relativas ao EPD/DPO.
- As Normas do Novo Regime das Coimas.
- Análise crítica.

O Encarregado de Proteção de Dados no regime da Nova Lei de Execução do RGPD

- O Encarregado de Proteção de Dados no regime do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).
- A Obrigatoriedade de Nomeação.
- As Competências do Encarregado de Proteção de Dados:
 - Competências Comportamentais;
 - Competências Técnicas.

Recrutar Encarregados de Proteção de Dados (EPD)

- As competências do EPD/DPO à luz do RGPD:
 - O Modelo de Competências proposto.

Funções do Encarregado de Proteção de Dados (EPD)

- Funções Principais.
- Funções de Complementaridade.

EPD/DPO Ponto de Contacto Institucional com a CNPD

- Contactos com os Titulares dos Dados.
- Contactos com Subcontratantes.

Metodologias de Resposta aos Pedidos

- Cumprimento dos Prazos.

Guião de Auditoria

- Procedimentos técnicos e operacionais do EPD.
- Sistemas de Controlo de Gestão da Proteção de Dados.

Metodologia e Plano Operacional do EPD

Plano de Implementação do RGPD

- Auditoria Inicial.
- Relatório Analítico de Conformidade.
- Medidas Corretivas.
- Formação.
- Auditorias.
- Exemplos de Formulários.

Métodos pedagógicos

Pedagogia ativa que intercala sessões presenciais e à distância para apoio à implementação do novo regime geral do regulamento de proteção de dados e que recorre a:

- Métodos ativos, através da resolução de casos práticos reais e académicos;
- Método interrogativa através de resposta a questões dos formandos;
- Método expositivo.

Pontos fortes

- Forte componente Prática;
- Identificação precisa das fases da Auditoria de Implementação;
- Acesso a formulários específicos utilizados nas várias fases de implementação das medidas a adotar;
- Criação de Códigos de Conduta;
- Acesso a Jurisprudência.

